

Petição 51/XI/1ª  
19 de Maio de 2010 – 09h00

## RELATÓRIO DA AUDIÇÃO

**Entidade:** Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP)

**Recebidos por:** Deputados presentes na reunião da Comissão

**Assunto:** Solicitam a suspensão e posterior alteração, do regime de prescrições no ensino superior, previsto no artigo 5.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto

### Exposição:

Em representação do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), esteve presente o respectivo Presidente, Reitor António Rendas.

O Presidente do CRUP referiu que mais importante do que as prescrições é o insucesso escolar e que a prescrição tem sido vista como uma punição, quando não é isso que se pretende.

Salientou ainda que tem havido um esforço das instituições para clarificarem os currículos e unificarem o regime de prescrições nos respectivos regulamentos, estando os regimes muito publicitados. Informou também que pediu a compilação do regime de prescrições das várias universidades, disponibilizando-se para o enviar à AR.

Interveio depois o deputado Manuel Mota (PS) que referiu a grande disparidade de regimes de prescrição, perguntando se a sua uniformização seria benéfica e se belisca a autonomia das universidades e salientou que o dado de referência para o financiamento é o nº de alunos.

O deputado José Ferreira Gomes (PSD) questionou qual é a função das prescrições actualmente, equacionando se visam penalizar a repetência excessiva ou atenuar o efeito negativo da manutenção do estudante no sistema.

E continuou referindo que no modelo de ensino pós-Bolonha já não há cursos rígidos, sendo o percurso desenhado pelo estudante, pelo que deve equacionar-se se há razões para manter o

regime de prescrições. Por outro lado referiu que os efeitos práticos são a suspensão da inscrição por um ano, questionando se o Estado tem meios de controlar isso ou se é apenas uma maneira de desincentivar a continuação do curso e se isso é desejado e benéfico para as instituições de ensino.

Por outro lado referiu que os peticionários falaram na existência de milhares de estudantes em situação de prescrição nas maiores universidades e perguntou ao Presidente do CRUP se tem essa noção e números.

Por último perguntou se a atracção de mais estudantes para a universidade, que consta no acordo celebrado com o Governo, se reporta a estudantes jovens ou doutras áreas.

A deputada Antonieta Guerreiro (PSD) referiu-se à necessidade de reequacionar o regime das prescrições.

O Presidente do CRUP, em resposta, referiu que não deve haver um regime uniforme, nacional, de prescrições, devendo ser as universidades a tratar do assunto, no âmbito do acompanhamento do estudante, salientando que é no regime de financiamento das instituições que estão previstas as prescrições e não é útil neste momento individualizar este regime.

Mencionou também que não é razoável, por exemplo, que um aluno esteja no último ano de Medicina e tenha uma disciplina em falta do 1º ano. Por outro lado entende que tem havido o cuidado de não aplicar o regime de prescrições em relação a alunos que não estudam por razões económico-financeiras.

E continuou referindo que o regime de Bolonha exige o acompanhamento do estudante, no sentido de combater o insucesso escolar e tem havido essa preocupação.

O contrato de confiança celebrado com o Governo visa abranger jovens e activos, pessoas que estão a trabalhar e não tiveram possibilidade de obter anteriormente graus académicos.

O deputado José Soeiro (BE) questionou como se faz o acompanhamento dos alunos em situação de dificuldade económica.

O Presidente do CRUP referiu que globalmente os alunos que alegam dificuldades económicas já estão no sistema há 5 ou 6 anos, não sendo uma situação recente. Defendeu ainda que as instituições têm de ter autonomia para manter no sistema os alunos que estão em situação de prescrição por razões económicas.

O deputado José Ferreira Gomes (PSD) perguntou se as instituições podiam ter um órgão que possa comparar os casos de prescrição e decidir com base na equidade e análise social, no que foi acompanhado pela deputada Antonieta Guerreiro (PSD).

O Presidente do CRUP salientou que já existe o Provedor do Estudante, que poderá desempenhar esse papel, sem necessidade de criação de um novo órgão.

A reunião foi gravada em registo áudio, que pode ser consultado na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 19 de Maio de 2010